



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Mulheres e gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Cláudia Pereira de Pádua Sabia
Tania Suely Antonelli Marcelino Brabo

Como citar: SABIA, C. P. P.; BRABO, T. S. A. M. Mulheres e gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *In*: DAL RI, N. M. (org.). **Educação Democrática, Trabalho e Organização Produtiva no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2019. p. 241-268. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7249-061-0.p241-268>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

MULHERES E GÊNERO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

*Claudia Pereira de Pádua Sabia
Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo*

INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é entendido como um dos movimentos sociais de maior expressão na História do Brasil. Seja nos períodos de acampamento e assentamento, ou de ocupação e desapropriação da área, inicia-se a formação da identidade *Sem Terra*, na qual os sujeitos inauguram novas formas de sociabilidades em torno das suas lutas. Estas se dão não somente com relação à terra, mas por educação, saúde, igualdade de gênero e vida digna em todas as dimensões. Em todos os assentamentos, assim como no Assentamento Contestado, objeto de nosso estudo, a presença feminina foi de fundamental importância, não apenas nos estágios iniciais do acampamento, mas também na área desapropriada. As demandas por escola, espaços de lazer, pela organização da comunidade/agrovila teve a presença e a pressão constante das mulheres.

A presença de mulheres no MST é encontrada desde a criação do Movimento, no início da década de 1980. Como em outros âmbitos da sociedade, estas mulheres apresentam identidades subordinadas à ordem

<https://doi.org/10.36311/2020.978-85-7249-061-0.p241-268>

patriarcal e a modelos impostos pela cultura universalizada que é concebida como *natural*. Como há o predomínio da categoria *classe social*, as práticas das mulheres, num primeiro momento, não eram reconhecidas nas instâncias sociais, econômicas, políticas e organizativas do Movimento. Conforme complementa Esmeraldo (2007), isto ocorria, pela homogeneização dos sujeitos Sem Terra no interior do Movimento, fossem homens ou mulheres. Ao longo da caminhada de luta pela terra, as mulheres foram desenvolvendo estratégias de luta na perspectiva da igualdade de gênero. Conforme Silva (2004, p. 266),

[...] a participação em Comissões, a criação de um Coletivo de Gênero, a participação nos espaços de formação do Movimento, a reivindicação de inscrição do debate de gênero em todos os processos formativos, a inclusão de reivindicações de interesse da mulher nas pautas de negociação, a criação de uma política de cotas para a ocupação com equidade de homens e de mulheres nas instâncias de direção, para afirmarem uma identidade outra para si.

Desse modo, na visão dos autores citados, ao adentrar ao MST, os sujeitos não encontram espaços para sua identidade de gênero e sexo, mas com o passar do tempo, foram desenvolvendo estratégias de luta que reivindicavam os interesses das mulheres e o debate do gênero nos processos de formação. Esmeraldo (2007, p.1) nos explica porque isso ocorre.

O MST é um movimento social que defende e trabalha para a formação de sujeitos coletivos com uma identidade política e social de Trabalhadores Sem Terra. É um Movimento que instiga uma vontade e uma consciência voltada para uma ação política coletiva, pautada na matriz teórica leninista/marxista. Esta se move para construir e alicerçar a unidade entre os trabalhadores e para forjar a luta de classes.

Seguindo o pensamento da autora, historicamente os movimentos sociais que adotam “[...] a hegemonia da divisão social de classe no bojo central de suas lutas, não incorporam outras dimensões políticas como de gênero, de raça, de etnia, de geração”, para não deslocarem o foco principal de suas ações que estão focalizadas na classe social. (ESMERALDO, 2007, p. 2).

Entretanto, pelo que identificamos no MST, aos poucos o Movimento foi percebendo a necessidade de engajar as mulheres na luta, contando com sua maior participação em várias instâncias organizativas e deliberativas. Assim, tem início, em 1985, o Coletivo Nacional de Mulheres até chegar aos anos 2000 com o Coletivo Nacional de Gênero.

Neste estudo, a metodologia utiliza as pesquisas bibliográfica e documental, e a coleta de dados empíricos. A coleta de dados consistiu em entrevistas semiestruturadas com três coordenadoras de escolas localizadas no Assentamento Contestado, no município de Lapa, Paraná, e entrevista com uma ex-dirigente do Setor Nacional de Gênero do MST.

Para evidenciar este percurso, iniciamos refletindo sobre a categoria gênero e sobre a contribuição da teoria feminista para os estudos acerca das mulheres. Na sequência, apresentamos o caminhar do MST nas questões de gênero e finalizamos com a análise dos dados coletados no Assentamento Contestado (PR).

Conforme se constata na literatura a respeito do tema, na década de 1980 os movimentos das mulheres rurais contribuíram significativamente para a construção de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades de gênero na agricultura, principalmente no sul e no nordeste brasileiro. Esta foi uma das constatações que motivaram nosso estudo. Ainda, verificamos se ocorria esta mobilização das mulheres e suas ações estavam contribuindo para a superação da estrutura patriarcal em todos os âmbitos da organização social naquele Assentamento, para a igualdade de gênero. Este foi o objetivo da pesquisa. Alguns dos resultados são apresentados e discutidos neste texto.

CATEGORIA GÊNERO

Como observa Teresita de Barbieri (1992, p. 114),

[...] os sistemas de sexo/gênero são os conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anátomo-fisiológica e que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana e em geral ao relacionamento entre as pessoas.

Outra autora de referência, María Jesús Izquierdo (2006), adota também o conceito de *gênero* como categoria analítica para compreender as desigualdades sociais. Esta autora considera que a desigualdade fundamental entre homens e mulheres reside nas formas como os seres humanos se relacionam na produção de sua existência, ou seja:

[...] a sociedade se acha estruturada em dois gêneros, o que produz e reproduz a vida humana, e o que produz e administra riquezas mediante a utilização da força vital dos seres humanos. Vemos que o setor produtivo da vida humana se organiza em condições de dependência com relação ao setor dedicado à produção da riqueza e à administração (IZQUIERDO, 2006, p. 48).

As experiências reprodutivas e o cuidado para com os filhos são atividades relacionadas à produção e à reprodução da existência humana e, portanto, do gênero feminino, sendo, além disso, desenvolvidas basicamente por mulheres. Conforme expõe Badinter (1985 apud MEDRADO; LYRA, 2008, p.816), durante séculos, seja no espaço da intimidade, seja no espaço da expressão pública, “[...] essa associação entre gênero feminino e vida reprodutiva foi naturalizada: a maternidade e o amor à criança pequena seriam da natureza dos instintos nas mulheres”. Uma das explicações plausíveis fornecidas por Costa (1995) para a atual oposição binária entre os corpos masculino e feminino é que essa diferenciação, embora aparentemente natural, teria um fundamento político, localizado nos interesses da sociedade burguesa:

[...] os ideais igualitários da revolução democrático-burguesa tinham que justificar a desigualdade entre homens e mulheres, com fundamento numa desigualdade natural [...]. Para que as mulheres, assim como os negros e os povos colonizados, não pudessem ter os mesmos direitos de cidadãos homens, brancos e metropolitanos, foi necessário começar a inventar algo que, na natureza, justificasse racionalmente as desigualdades exigidas pela política e pela economia da ordem burguesa dominante (COSTA, 1995, p.7).

Assim, o primeiro componente para nossa análise é *gênero*. Consideramos também um segundo componente: a dimensão relacional. Conforme Medrado e Lyra (2008, p.817), “[...] o gênero não pode ser pensado

como entidade em si, mas como construção interdependente” com outras categorias como classe, etnia, geração e outras. Ressaltamos, além disso, de acordo com os autores, que relacional não implica complementaridade, mas assimetria de poder.

Segundo Medrado e Lyra (2008, p.817), é preciso reconhecer que as análises baseadas na dimensão “[...] relacional do conceito de ‘gênero’ permitem compreender ou interpretar uma dinâmica social que hierarquiza as relações entre o masculino e o feminino e não apenas entre homens e mulheres, mas nos homens e nas mulheres”. Para tanto, conforme os autores, e como indica Saffioti (1997), para fugir das lógicas binárias e polarizadas das relações de gênero entre masculino e feminino, é preciso fazer a intersecção da categoria gênero com outros marcadores sociais, as categorias de raça/etnia, idade, sexualidade, classe e condição socioeconômica, dentre outras.

Os autores argumentam, ainda, lembrando Rosemberg (1996), que é preciso considerar que não há um olhar estático sobre gênero, raça e idade, tanto do ponto de vista da história social, como do ponto de vista do ciclo de vida, da trajetória pessoal, temos que complexificar esse olhar (MEDRADO; LYRA, 2008). Isto mostra a complexidade exigida ao adotarmos a dimensão relacional de gênero que, em uma perspectiva feminista, tem o *poder* como dimensão central de análise, terceiro componente do nosso marco referencial.

Esta perspectiva que tem inspirado os estudos de gênero na contemporaneidade foi inaugurada por Joan Scott (1995, p.82) que propõe uma definição de gênero a partir da conexão integral entre duas proposições: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Ou, ainda, “[...] o gênero é um campo primeiro no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado”.

Após apresentarmos brevemente as contribuições de vários autores para o entendimento da categoria gênero, que exacerbam a distribuição desigual do poder entre homens e mulheres como construído cultural-

mente, refletiremos sobre as contribuições do feminismo marxista para o desvelamento do gênero no campo social que é onde se dá de fato as relações desiguais entre os sujeitos e que tem contribuído para as reflexões feministas empreendidas pelas mulheres do MST.

FEMINISMO MARXISTA

O surgimento dos movimentos feministas brasileiros acontece no âmago da ditadura militar de 1964, concomitantemente às lutas democráticas contra a ditadura. Na década de 1970, os primeiros movimentos de mulheres reivindicavam a sua inclusão nas oportunidades surgidas no país naquele período, ocorridas com a modernização do sistema educacional e a expansão do mercado de trabalho (SARTI, 2001).

Conforme expõe Moraes (2000, p. 89), o marxismo é considerado uma das maiores revoluções teóricas que provocou profundas e irreversíveis mudanças no campo das ideias e no campo das práticas sociais. Afirma ainda que:

[...] a grande obra teórica do marxismo persiste sendo *O Capital*. A análise da dinâmica da luta de classes e a especificidade de funcionamento do modo de produção capitalista – a contradição entre o crescente desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção – permanecem válidas em todos os seus pressupostos e desdobramentos. A tendência avassaladora do capitalismo; o impulso ao aperfeiçoamento técnico; o inexorável crescimento da magnitude do capital e sua centralização nas mãos de um número menor de bilionários estão entre as leis definitivamente estabelecidas por Marx. (MORAES, 2000, p. 89).

Conforme a autora, no tocante à questão da mulher, a perspectiva marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. Em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (ENGELS, 1984), a condição social da mulher ganha um relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da opressão específica, que seria

retomado e retrabalhado pelas feministas marxistas nos anos de 1960 a 1970. Moraes (2000, p. 89) expõe também que na obra

[...] *Ideologia alemã*, de 1846, a instituição da família aparece como um dos momentos de passagem para a sociedade de classes. Esta hierarquização processa-se no interior do próprio processo de trabalho pois, como assinalam, Marx e Engels: a divisão do trabalho repousa sobre a divisão natural do trabalho na família e sobre a separação da sociedade em famílias isoladas e opostas umas as outras, – e esta divisão do trabalho implica ao mesmo tempo na repartição do trabalho e de seus produtos; distribuição desigual, na verdade, tanto em quantidade como em qualidade; ela implica pois na propriedade; assim, a primeira forma, o germe reside na família, onde a mulher e as crianças são escravas do homem. A escravidão, ainda latente e muito rudimentar na família, é a primeira propriedade

A autora busca, em outra obra, apoio para sua análise, destacando que:

[...] no *Manifesto Comunista*, de 1848, Marx e Engels reafirmam a mesma identidade entre a opressão da mulher, família e propriedade privada, preconizando a abolição da família como meta dos comunistas. Assim, a ênfase na historicidade das instituições humanas permitiu a compreensão da família como fenômeno social em que a divisão social do trabalho é também uma divisão sexual entre funções femininas e masculinas. Mais do que isso: abriu espaço para novos tipos de projetos e relações entre os sexos. Com Engels e Marx, as feministas da esquerda europeia, nos anos 1960-70, puderam construir uma ‘teoria da opressão’ e partir para a luta. (MORAES, 2000, p.90)

Ressaltamos, ademais, na linha do que afirma Moraes (2000) e a literatura feminista quanto aos estudos de gênero, que a utilização desta categoria de análise permite a reflexão sobre o modo de *ser/viver* masculino e feminino, sobre o processo de produção social do ser homem e ser mulher em cada período histórico. A abordagem de gênero pressupõe o questionamento de padrões de comportamento, de ideias, de relações sociais, de papéis sociais, que a sociedade estabelece como naturais. Neste sentido, Louro (1997, p. 21-22) afirma que:

[...] ao dirigir o foco para o caráter ‘fundamentalmente social’, não há, contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada deliberadamente, [...] a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. [...] Pretende-se, desta forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação.

Desse modo, o conceito de gênero desmitifica e desnaturaliza o masculino e o feminino, tornando-se um importante instrumento de análise das relações sociais, tornando-se uma ferramenta de luta contra as desigualdades, na medida em que evidencia a assimetria de poder entre homens e mulheres.

Para os movimentos engajados na luta contra as desigualdades, o conceito de gênero mostra que é possível transformar essa realidade. Na medida em que explicita que as relações de gênero são uma construção social, e não uma consequência natural de diferenças biológicas, evidencia que estas relações podem ser mudadas, que se podem construir novas relações.

Assim, a expressão *relações de gênero*, tal como vem sido utilizada no campo das Ciências Sociais, designa, primordialmente, a perspectiva culturalista em que as categorias diferenciais de sexo não implicam no reconhecimento de uma essência masculina ou feminina, de caráter abstrato e universal, mas, diferentemente, apontam para a ordem cultural como modeladora de mulheres e homens. Em outras palavras, o que chamamos de homem e mulher não é o produto da sexualidade biológica, mas de relações sociais baseadas em distintas estruturas de poder.

De acordo com Scott (1995), enquanto afirmação de que o sexo biológico é sobredeterminado pelos valores e atributos que a cultura lhe confere, a categoria gênero se presta tanto ao uso das feministas marxistas como a de qualquer pesquisador(a) interessado(a) nas consequências

sociais da assimetria sexual. Já a perspectiva feminista ressalta a dimensão da opressão universal sobre as mulheres, guardadas as diferenças regionais e culturais e busca nas estruturas objetivas as marcas da desigualdade: as mulheres ganham menos e trabalham mais, no conjunto da população mundial, por exemplo. O marxismo, por sua vez, é a teoria que nos ajuda a entender a natureza íntima do capitalismo, a lógica de seu desenvolvimento, revolucionando permanentemente as condições de produção, especialmente através do aumento da produtividade o que, por sua vez, determina a proletarização da maior parte da humanidade. De acordo com a literatura e com o que temos constatado, na sociedade em geral, e inclusive no MST, conforme relatado nas entrevistas, ainda persiste uma questão das mulheres: os homens ainda concentram o poder econômico e político na maior parte do mundo e as mulheres persistem sendo as grandes responsáveis pela família e pelo *cuidar* dos filhos, da casa e das finanças da família.

Apesar da constatação da distribuição desigual do poder entre homens e mulheres na sociedade, vamos destacar no próximo tópico a luta que as mulheres do MST vêm desenvolvendo na busca de novas relações sociais, reivindicando 50% de participação política em todas as instâncias de decisão do Movimento e também nas atividades de formação (cursos e capacitações), conforme ressaltou Mafort (2014). Além disso, reivindicam “[...] liberação do trabalho doméstico pela organização de refeitórios coletivos, lavanderias comunitárias e Ciranda Infantil nas atividades do Movimento, dentre outros aspectos de natureza econômica.” (MAFORT, 2014).

O CAMINHAR DO MST NAS QUESTÕES DE GÊNERO

Conforme Silva (2004), as questões de gênero são incorporadas às discussões do Movimento nos anos 2000. Nas duas décadas anteriores prevaleceram as discussões relativas às mulheres, mas, mesmo assim, na perspectiva da transformação da sociedade através de novas relações entre os sujeitos, pois as preocupações em torno das mulheres ou das desigualdades de gênero não faziam parte das pautas específicas do MST. De acordo com a autora, o MST foi influenciado:

[...] pelos discursos de orientação marxista e ou socialista que circulavam também nesse período davam sinais de que a ‘desigualdade’ entre homens e mulheres, de alguma maneira, necessitava ser contemplada como uma das etapas da revolução. Para Marx, em proximidade com o pensamento de Fourier a ‘evolução de uma época histórica é determinada pela relação entre o progresso da mulher e da liberdade, [...] o grau da emancipação feminina determina diretamente a emancipação geral’ (SILVA, 2004, p.88).

Portanto, os escritos do MST sobre transformação da sociedade podem ser pensados também no interior das críticas ao socialismo. Isso porque nesses discursos observam-se não apenas investimentos numa perspectiva do econômico, classe etc., mas sim outros entendimentos sobre os indivíduos, suas relações. Desse modo, não só o político ou o econômico fazem parte do projeto de sociedade, mas, sobretudo, uma outra valorização do indivíduo, comportamentos, atitudes, afetividades.

Segundo Mafort (2013), desde a criação do MST, em 1984, existe a discussão sobre como envolver os diferentes sujeitos da luta no processo organizativo: homens, mulheres, jovens, idosos, crianças. Conforme a autora:

Durante esse debate, a participação das mulheres se colocou como desafio para o MST. A organização de coletivos específicos de mulheres e a discussão sobre sua situação de opressão de classe e de gênero foi ao longo do tempo envolvendo o conjunto do Movimento, e foram na verdade as condições para o debate de gênero. (MAFORT, 2013, p. 99)

É possível acompanhar a preocupação em promover a participação das mulheres em todas as instâncias, setores e atividades do MST, ao longo de sua história, um trabalho que, mesmo com recuos e rupturas, permaneceu insistindo numa mudança acerca do lugar do feminino na luta. De acordo com Silva (2004), os assentamentos e acampamentos passaram a ter inclusive a incumbência de constituir grupo de mulheres que discutam questões específicas relacionadas à situação da “mulher no campo”.

Silva (2004) enfatiza que era possível acompanhar, em documentos e relatórios das reuniões acontecidas no início da década de 1980, as

discussões que o MST vinha realizando, como um meio de organizar o trabalho com as mulheres do Movimento. A autora afirma que:

[...] nos Cadernos de Formação, a partir do 5º número, passaram também a imprimir em suas páginas a preocupação em ‘inserir as mulheres na luta’. Isso se observa nas figuras que ilustravam suas publicações oficiais, onde a representação do feminino começa a ser frequente, mesmo que no meio de 20 homens tenha apenas duas mulheres. (SILVA, 2004, p. 86)

Para Mafort (2013), foi no I Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, que foram aprovadas, dentre as normas gerais, a organização de comissões de mulheres do MST, para discutir problemas específicos, particularmente:

[...] o estímulo à participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e representatividade, assim como combater toda a forma de discriminação das mulheres, a luta contra o machismo, e todas as manifestações que impedissem igualdade de direitos e condições das mulheres trabalhadoras. (MAFORT, 2013, p. 100-101)

A preocupação do MST em avançar nas discussões sobre a questão da mulher é corroborada por Silva (2004), ao apresentar as determinações presentes, no capítulo VIII das *Normas Gerais* do MST, publicadas em 1989. Estas normas informam a preocupação de estabelecer e organizar regras gerais que disciplinem a construção do *novo* (novo sujeito social), em uma perspectiva de mudanças em suas relações. De acordo com a autora, esse capítulo possui cinco artigos que versam sobre a *articulação das mulheres*. Dentre eles, ela destaca:

51 – O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra deve estimular a participação das mulheres em todos os níveis de atuação, em todas as instâncias de poder, e de representatividade.

52 – Devemos combater todo e qualquer tipo de discriminação às mulheres, em todas as atividades do Movimento, e lutar contra o machismo em todas as manifestações que impeçam a igualdade de direitos e condições das mulheres trabalhadoras.

53 – Deve-se estimular a organização de comissões de mulheres dentro do Movimento dos sem-terra, nos assentamentos e nos acampamentos, para discussão dos seus problemas específicos. (SILVA, 2004, p. 87)

No trabalho de Silva (2004), a autora vai descrevendo as publicações, os eventos que foram sendo realizados, ao longo dos anos, discutindo as questões relacionadas *às companheiras* até chegar à constituição do Coletivo Nacional de Mulheres do MST, na segunda metade da década de 1990. Conforme a autora, a organização desse grupo oportunizou um maior número de materiais produzidos, além das discussões que buscavam fazer uma reflexão mais teórica sobre a questão das mulheres. Malfort (2013, p. 100) considera que o debate sobre o desafio de construir novas relações de gênero e a necessária vinculação com o componente de classe contido no objetivo estratégico da Via Campesina e do MST levou essas organizações ao encontro do legado feminista. Somente em fase posterior a esse processo reflexivo O Coletivo Nacional de Mulheres do MST *procurou* incorporar em seu discurso a palavra gênero.

Corroborando com a análise de Silva (2004), Malfort (2013, p.101), afirma que:

[...] por meio da organização destas comissões e coletivos de mulheres do/no MST, as lideranças femininas começaram a estudar e debater o conceito de gênero a partir de meados dos anos 1990. A necessidade de envolver o todo da organização neste debate deságua na criação do setor de Gênero no Encontro Nacional do MST em 2000. Este teria a tarefa de estimular o debate de gênero instâncias e espaços de formação da organização, de produzir materiais, propor atividades, ações e lutas que contribuíssem para a construção de condições objetivas para participação igualitária de homens e mulheres e assim fortalecendo o próprio MST.

É importante ressaltar que em 2003 foi publicada a cartilha *Construindo novas relações de gênero – desafiando relações de poder*, coletânea de textos sobre gênero, organizada pelo Setor Nacional de Gênero do MST, que destaca na apresentação:

Dentro do MST a luta de gênero tem contribuído para ampliar a participação feminina na luta de classes, porque as mulheres e homens vão aprendendo que junto com a luta contra o capitalismo temos que ir lutando contra o machismo, o racismo, ... porque se não rompermos também estas cercas não podemos construir uma sociedade realmente socialista (MST, 2005, p.7-8).

O Setor de Gênero informa também na apresentação que o interesse pela temática foi tanto que faltaram cartilhas e precisaram fazer a segunda edição em 2005. A cartilha apresenta em linguagem acessível o conceito de gênero, o feminismo e a luta dos trabalhadores, alguns números das desigualdades de gênero, situação da mulher brasileira e as linhas políticas de gênero do MST.

Mafort (2013) esclarece que as linhas políticas de gênero do Movimento foram estabelecidas a partir do Encontro Nacional do MST. O Setor de Gênero definiu as linhas políticas de gênero a serem implantadas nos diversos espaços de atuação, dando ênfase tanto aos aspectos da luta de gênero quanto da luta de classes e a transformação da sociedade. Destacamos as linhas políticas de gênero do MST (2005, p.31):

1. Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra sejam em nome do homem e da mulher;
2. Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham), e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família.
3. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados.
4. Em todas as atividades de formação e capacitação, assegurar que haja 50% de participação de homens e mulheres;
5. Garantir que em todos os núcleos de acampamentos e assentamentos tenha um coordenador e uma coordenadora;
6. Garantir que em todas as atividades do MST tenha Ciranda Infantil;
7. Assegurar a realização de atividades sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST;

8. Garantir a participação das mulheres na Frente de massa e no Sistema Cooperativista dos Assentados para incentivar as mulheres a ir para o acampamento, participar das atividades no processo de luta, e ser ativa nos assentamentos;
9. Realizar a discussão da cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberem a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, incentivando a organização de refeitórios, lavanderias comunitárias etc.;
10. Garantir que as mulheres sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica;
11. Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas da violência no capitalismo.

De acordo com Mafort (2013, p. 101), com a definição destas linhas políticas:

[...] as mesmas passaram a fazer parte da vida das famílias sem-terra. Ainda persistem muitos desafios na prática, mas a definição das linhas fortalece e estabelece metas que o conjunto do Movimento deve atingir. Isso possibilita um novo significado à luta pela terra, onde todos e todas se sentem sujeitos participantes de um processo de mudança.

Nas linhas políticas de gênero apresentadas, consideramos de suma importância a garantia do nome do homem e da mulher no cadastro do documento de concessão de uso da terra. O MST propõe também a participação de 50% das mulheres nas instâncias de decisão e cursos de formação e capacitação. O documento propõe ainda que se discuta a cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberem a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, incentivando a organização de refeitórios, lavanderias comunitárias, a necessidade das cirandas infantis em todas as atividades do Movimento e o combate à violência, entre outros aspectos. No tópico a seguir vamos buscar desvelar como as relações de gênero vêm sendo vivenciadas a partir da coleta de dados no Assentamento Contestado.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO TRABALHO, NA FAMÍLIA, NA EDUCAÇÃO E NAS INSTÂNCIAS POLÍTICAS DO MST

Em todos os assentamentos, assim como no Assentamento Contestado, objeto de nosso estudo, a presença feminina foi de fundamental importância, não apenas nos estágios iniciais do acampamento, mas também na área desapropriada. As demandas por escola, espaços de lazer, pela organização da comunidade/agrovila teve a presença e a pressão constante das mulheres.

O Assentamento Contestado está localizado na Lapa, região metropolitana de Curitiba, a leste do Estado do Paraná, cerca de 70 km da capital. Seu território foi conquistado através da luta do MST no ano de 1999, após denúncias feitas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) contra a antiga empresa responsável pela propriedade, a INCEPA, a qual mantinha muitas dívidas, principalmente com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e não desenvolvia atividades relacionadas à agricultura e pecuária. A empresa explorava essas terras para reflorestamento de espécies exóticas, como pinus e eucalipto, que eram usadas para produzir carvão, destinado à geração de energia para sua fábrica de cerâmica. (VALADÃO, 2012 apud FERNANDES; FACCO; 2015)

O assentamento é referência para o Movimento, pois naquela região há uma história de luta dos camponeses que foram injustiçados quando, com o apoio dos *coronéis* da região, uma empresa norte-americana construiu a estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande do Sul, o que levou à denominada Guerra do Contestado.

Rezende (2014) informa que a Guerra do Contestado foi um conflito armado que ocorreu naquela região, entre outubro de 1912 e agosto de 1916. O conflito envolveu cerca de 20 mil camponeses que enfrentaram forças militares dos poderes federal e estadual. Ganhou o nome de Guerra do Contestado, pois os conflitos ocorreram numa área de disputa territorial entre os estados do Paraná e Santa Catarina. A estrada de ferro entre São Paulo e Rio Grande do Sul estava sendo construída por uma empresa norte-americana, com apoio dos *coronéis* (grandes proprietários rurais com força política) da região e do governo. Para a construção da estrada de

ferro, milhares de família de camponeses perderam suas terras. Este fato gerou muito desemprego entre os camponeses da região. Outro motivo da revolta foi a compra de uma grande área da região por um grupo de pessoas ligadas à empresa construtora da estrada de ferro. Esta propriedade foi adquirida para o estabelecimento de uma grande empresa madeireira, voltada para a exportação e, com isso, muitas famílias foram expulsas de suas terras. Quando a estrada de ferro ficou pronta, houve maior revolta ainda, pois muitos trabalhadores que atuaram em sua construção, que tinham sido trazidos de diversas partes do Brasil, ficaram desempregados. Eles permaneceram na região sem qualquer apoio por parte da empresa norte-americana ou do governo.

Após esta breve retrospectiva histórica do Assentamento Contestado, apresentamos a descrição do mesmo. Conforme entrevista realizada com Rezende (2014), o Assentamento Contestado atualmente possui aproximadamente 150 famílias (teve início com 108 famílias que são as oficialmente assentadas) e aproximadamente 600 pessoas. As famílias residem em 150 casas que foram construídas. A entrevistada explica que foram construídas casas a mais do que as 108 famílias assentadas para os filhos que se casaram e para outras pessoas que lá trabalhavam, mas não são assentadas. A metragem da casa era de 42 m² e hoje estão com 60 m² em média. As mesmas foram ampliadas com verba do governo federal, no início de R\$ 2.500,00 em 2003, e em 2012 de R\$ 8.000,00.

A entrevistada descreve também que o Assentamento foi dividido em 11 mandalas/núcleos e a área total é de 3200 hectares. Os lotes são individuais e há uma agrovila. As casas são próximas, pois se preocuparam com a segurança e com o apoio dos vizinhos.

Conforme Rezende (2014), o assentamento tem uma cooperativa para comercialização de produtos, como hortaliças, legumes e frutas agroecológicos e orgânicos. A cooperativa teve início com uma associação e aos poucos foi migrando para a cooperativa com oitenta famílias assentadas no seu início. Atualmente são 280 sócios, pois, além dos assentados, a cooperativa possui a participação de sócios das comunidades dos municípios vizinhos. Tem-se buscado a certificação do grupo em nível federal, pelo órgão ECOVIDA. Na cooperativa há sete Núcleos de Agroecologia, que

fazem reuniões mensais, e cada uma ocorre em uma casa para acompanhar os procedimentos exigidos pela certificação. Nem todos estão certificados, alguns estão em fase de transição, pois o processo é longo para atender a todas as exigências. Atualmente, a cooperativa tem 191 projetos de entrega dos produtos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), atendendo mais de 50 escolas com alimento orgânico e também projetos com o *Programa de Aquisição de Alimento* (PAA). Consideramos importantes estes programas, pois garantem uma renda fixa anual para as famílias.

De acordo com Rezende (2014), a agroindústria está em fase final de acabamento, o prédio que foi construído com recursos dos cooperados que conseguiram as máquinas com financiamento conseguido através de um apoio disponibilizado em uma emenda parlamentar federal. Hoje a entrega é praticamente *in natura*, e com a agroindústria pretendem lavar, cortar e embalar os produtos. Com as frutas como, por exemplo, o morango que já cultivam, pretendem fazer doces e compotas. Os assentados consideram que com este procedimento haverá maior interesse, pois as escolas preferem os alimentos limpos e cortados, além de gerar maior valor.

Segundo Maier (2014), no Assentamento Contestado existe a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), cujo foco é a formação profissional e que oferece cursos de ensino superior, como o curso de Tecnólogo em Agroecologia e, também, o curso de Pedagogia da Terra, além de cursos de formação política. Tem também no assentamento a Escola Municipal do Campo Contestado que oferece o 1º ciclo do ensino fundamental e a educação de jovens e adultos (EJA) e o Colégio Estadual do Campo Contestado que oferece o 2º Ciclo do Fundamental, Ensino Médio e EJA para o 2º Ciclo e o ensino médio.

Sob o aspecto das relações de gênero na família do Movimento, conforme argumentou Rezende (2014), ainda permanecem relações baseadas na estrutura patriarcal. Ela afirma que embora existam ações na perspectiva de reflexões sobre as relações sociais de gênero, permanece a organização tradicional de família com papéis diferenciados para homens e mulheres. Conforme a entrevistada, no Assentamento Contestado: “[...] as relações tendem a ser mais igualitárias nas famílias mais jovens. Nas famílias mais idosas, a relação é mais tradicional, encontra-se

mais dificuldade na participação do homem nas atividades domésticas”. (REZENDE, 2014).

Portanto, conforme a entrevistada permanece no trabalho doméstico os papéis diferenciados entre homens e mulheres, com alguns indícios de mudanças nas famílias mais jovens.

Entretanto, podemos destacar o esforço que o Movimento vem fazendo no sentido de colocar em prática que não existe trabalho de homem e trabalho de mulher nas atividades desenvolvidas na escola. De acordo com Rezende (2014), ao se referir sobre a organização e manutenção da ELAA:

[...] nessa escola nós estamos vivenciando de companheiros que tem que lavar roupas e que nunca precisaram fazer, pois a mãe fazia, tem companheiros que aprendem e vão fazendo. Estamos organizando para podermos discutir as questões de gênero, mais existe muita resistência e aqui no assentamento não existe trabalho para mulher e para homem, aqui todos fazem. Na escola toda dedicam uma hora do dia para manter a organização e o funcionamento da escola. Um dos companheiros em sua avaliação nos confidenciou que em vinte e quatro anos nunca havia lavado um banheiro, as atividades são coletiva e no coletivo vão se discutindo e quebrando tabus.

Portanto, identificamos um esforço para construir novas relações entre homens e mulheres nas atividades domésticas. Ainda, sob o aspecto das relações de gênero no trabalho, as atividades desenvolvidas no lote e na cooperativa são realizadas por mulheres, homens e crianças, embora a proporção de participação das mulheres seja bem menor. Mafort (2014) informa a predominância do trabalho das mulheres nos setores de educação e saúde.

Então existe a intencionalidade, mas o setor de produção, comercialização, agroindústria ainda são predominantemente masculinos e os setores de educação e saúde como maioria das mulheres. [...] Entretanto, em geral, a produção dos quintais, das hortas, dos pequenos animais, que ocupa as mulheres, tem muito valor econômico, porque a família esta deixando de comprar, é o que vai garantir a soberania alimentar para aquela família.

Após estas considerações sobre as relações de gênero no trabalho, destacamos as formas de lazer no Assentamento Contestado que são o campo de futebol, quadra de vôlei, festas pontuais (aniversário do assentamento, festas juninas, noites culturais dos cursos da ELAA com grupos de teatro e coral); a cada conquista fazem uma grande festa, como quando conseguiram comprar o caminhão da cooperativa. Existem algumas iniciativas, como os cursos de dança e de teatro. Conforme Rezende (2014), os assentados têm consciência de que precisam melhorar o lazer, ter espaço, querem fazer uma quadra coberta e estão reformando o campo de futebol e tentando conseguir verbas para reforma do Casarão¹ que ficará como espaço cultural com exibição de filmes, teatro e também como um Museu da Luta dos Camponeses pela terra.

Sob o aspecto das relações de gênero na educação, reiteramos que o Assentamento possui a ELAA e a Escola Municipal do Campo Contestado, o Colégio Estadual do Campo Contestado e a Ciranda Infantil Curumim. Não existe escola de Educação Infantil no assentamento, permanece a luta por esta etapa e a Ciranda funciona como provisória para as mães trabalharem.

Antes de debruçarmos especificamente sobre as relações de gênero na educação, queremos destacar como o Movimento entende o processo educacional. Conforme Rezende (2014):

[...] o Movimento Sem Terra desde sua origem preza pela educação, talvez por ter consciência de uma educação pela necessidade, teve que pensar em uma educação diferenciada para as crianças sem-terra. [...] O respeito às famílias assentadas, o respeito às crianças e com isso o MST viu a necessidade de avançar e aprofundar-se teoricamente na educação transformadora. Nós trabalhamos na linha de Paulo Freire e da pedagogia socialista que hoje são a base fundamentadora do Movimento. Conhecer que foi oprimido pela classe, que luta pela classe, que precisa ser formado para poder agir no acampamento e lutar pela transformação social e pela reforma agrária. A transformação social pela educação é uma cerca tão poderosa, quanto a cerca da terra, os princípios são esses a auto-organização, precisamos entender qual é a importância de se organizar. O MST vem de um processo de luta e isso na escola não pode se perder. A escola trabalha esse processo importante de luta com as crianças e elas participam dos núcleos na escola, tem o de agronomia, agropecuária, de memórias, de relações humanas, comunicação cultura e finanças.

¹ A reforma do Casarão já foi efetuada.

As entrevistadas deixaram evidenciada a importância da auto-organização e de exercitar a autonomia das crianças desde cedo, objetivando construir um trabalho para a emancipação humana.

Conforme relato de Stanula (2014), há relação entre a cooperativa e a escola, os (as) alunos(as) do Ensino Fundamental e do Ensino Médio ajudam no trabalho do lote de cada família e também na escola.

Informaram ainda que são três eixos de formação: as relações humanas; as relações afetivas; e reconstruir o gênero, mesmo que seja um desafio imenso, para toda a sociedade.

E que para os camponeses ... tem a questão do machismo que é muito forte, tá muito ligado à concepção religiosa e construir isso nas relações de educação é um desafio permanente e intenso e diário. Reconstruir a participação da mulher com a relação de trabalho, a escola parte disso com a pedagogia socialista de Paulo Freire (MAIER, 2014)

Quando perguntamos a Rezende, Maier e Stanula (2014) se conteúdos a respeito da igualdade de gênero são trabalhados na escola, elas argumentaram dizendo que “Não há atividade específica, trabalham no dia 8 de março”.

Mafort (2014), durante sua entrevista, também aponta que

[...] além da nossa luta cotidiana, temos dois momentos no ano em que organizamos ações de enfrentamento ao capital, por Reforma Agrária e contra toda forma de violência contra as mulheres: é no 8 de Março – Dia Internacional das Mulheres e no dia 25 de novembro – Dia Mundial de Combate à Violência Contra a Mulher.

Portanto, pelo que identificamos, a questão de gênero não é trabalhada como conteúdo específico na escola, mas de modo pontual no dia internacional da mulher e no dia do combate à violência contra a mulher. Entretanto, identificamos a questão de gênero perpassando os modos como são organizadas as atividades do Movimento.

Segundo Araujo (2011), a Pedagogia do MST, em suas formulações, trata das questões de gênero refletindo as relações e seu vínculo entre

processos educativos mais amplos de organização da sociedade em suas relações e estruturas organizativas. Neste sentido, a autora afirma “[...] que para a o MST as relações sociais são conteúdos e a educação é mais que processo de ensino, é mais que escola. Ela corresponde a todas as práticas formais e não formais que vêm sendo construídas na luta do MST”. (ARAÚJO, 2011, p.90)

Na concepção pedagógica do MST, a educação deve ser integrada e articulada ao debate político e às problemáticas do campo onde se colocam a questão da opressão e exploração da mulher, entre estas, as trabalhadoras rurais.

Após estas considerações sobre as questões de gênero na educação e, como destacamos anteriormente, as mesmas são trabalhadas no dia de violência contra à mulher, queremos evidenciar o relato da entrevistada.

[...] do ponto de vista da violência, no acampamento, tem o regimento interno discutido pelos acampados que não é permitido qualquer tipo de violência, contra ninguém, homem, mulher e criança. A mulher se sente muito protegida no acampamento. Não são poucos os casos de companheiras que relatam que está participando da reunião, mas que tem um problema em casa, que é agredida pelo companheiro. Mas, no acampamento se ele agredir a mulher, ele vai embora, ele perde o direito à terra. Isso ajuda a pensar mediações. Ela se sente protegida pelo coletivo. Elas próprias começam a pensar outras formas de relação com os filhos que não a violência. A gente ouviu as crianças dizer que a mãe batia direto e que aqui (no acampamento), se ela relar a mão em mim, ela perde a terra. Isso vai forçando a construção de outras relações (MAFORT, 2014).

Ainda sobre a questão da violência no Assentamento Contestado, Rezende (2014) informou que:

[...] dentro da escola ou diretamente ligado à escola nunca teve nenhum caso de agressão física, nem verbal, nesses quatro anos, violência doméstica no assentamento quando acontece o pessoal encaminha com processos de conscientização. Aqui no assentamento já se chegou a reunir um coletivo de companheiras para expulsar um companheiro que batia nela. Hoje a companheira está aí, tocando o lote e cria os filhos, feliz da vida.

Pelo que pudemos apreender pela fala das entrevistadas, as mulheres se sentem seguras no acampamento onde a dimensão coletiva é vivenciada em todo momento e as regras são *impostas e cumpridas*. No Assentamento, a dimensão coletiva vai sendo minimizada, os lotes acabam distanciando as famílias e as mulheres ficam mais expostas e vulneráveis à violência doméstica. Entretanto, o processo educacional vem buscando conscientizar os sujeitos militantes contra qualquer forma de violência nas famílias.

Sob o aspecto das relações de gênero, nas instâncias políticas do Movimento, destacamos a importância dos processos de formação para que as mulheres possam assumir posições de liderança no MST.

Outra entrevistada, liderança feminina do Movimento e que foi ex-dirigente do Coletivo Nacional de Gênero, afirma que no final da década de 1990 “[...] contávamos com uma ativa participação das mulheres na base do Movimento, mas nos espaços de decisão política era muito masculinizado”. (MAFORT, 2014)

Mafort (2014) relatou a dificuldade e a luta pelo processo de formação das mulheres no Movimento.

[...] em relação aos cursos de formação, os primeiros cursos tinham muitos homens, pois os cursos são estendidos, prolongados, em torno de 30 dias. Como na nossa sociedade a mulher deixaria a casa e filhos por esse período? Em uma sociedade que o trabalho doméstico e as crianças são atribuídos às mulheres. Neste momento, isso ainda na década de 1990, foi discutido as condições necessárias para a mulher poder atuar no Movimento. (MAFORT, 2014)

Ainda que identifiquemos todo um esforço do Movimento, desde a década de 1980 neste sentido, destacamos a dificuldade de participação das mulheres em eventos e várias atividades do MST, pois as mães não têm onde deixar as crianças. Foi criada a Ciranda e, aos poucos, a mesma foi se constituindo como um tipo de escola itinerante em tempo integral organizada pelo MST durante suas atividades de mobilização para assegurar as condições da participação das mães, sendo um espaço educativo destinado aos Sem Terrinha, que junto com a família participam das atividades, eventos e mobilizações dos Sem Terra.

Em relação às cirandas infantis, segundo Mafort (2014)

[...] ainda na década de 1990, foi discutido as condições necessárias para a mulher poder atuar no Movimento. A partir desta discussão foram criadas as cirandas infantis e outras iniciativas visando a liberação da mulher de seu trabalho com casa e filhos para atuação/formação para o Movimento. Como exemplo, cito como exemplo do que acontecia na Fazenda Reunidas, em Promissão/SP. Tivemos experiência de cozinha coletiva que servia as refeições no almoço e a tentativa incipiente de lavanderia coletiva e a cooperativa. As mulheres eram sócias da cooperativa e teve uma discussão que horas de trabalho das mulheres deveriam ser reconhecidas como a dos homens.

Portanto, as medidas concretas avançam à medida que os problemas são identificados, e as propostas e tentativas para solução buscam ser viabilizadas. Do mesmo modo que as cirandas, a demanda por educação infantil no MST teve origem a partir da necessidade das mães participarem das atividades, capacitações e trabalho nas cooperativas do Movimento.

Diante das dificuldades, dos acertos e erros, das idas e vindas, o MST foi entendendo a necessidade de avançar para a organização das cirandas permanentes nas áreas de assentamento e acampamentos para uma maior participação das mulheres. O Setor de Educação abraçou a luta pela Educação Infantil, envolvendo outros aspectos como o tipo de educação necessária à formação da infância.

Portanto, as cirandas infantis foram fundamentais para que o processo de formação das mulheres fosse viabilizado. De acordo com Mafort (2014):

[...] tivemos que trabalhar um processo de formação das mulheres, projeção de liderança, fala pública, para que as mulheres pudessem estar nesta posição. Este processo foi desenvolvido antes do ano de 2006 e então tivemos um coletivo de mulheres muito preparadas para esta posição na Direção Nacional do Movimento.

De acordo com Mafort (2014), a participação feminina foi aumentando, particularmente após a definição das linhas políticas de gênero definidas pelo MST em 2005 e já citadas anteriormente. Atualmente:

[...] o Movimento define as políticas de gênero, entre elas que em cada Núcleo de Base tenha um homem e uma mulher. Mas, na Direção Política do Movimento isto só ocorreu a partir de 2006. Foi definida a composição de 02 pessoas por Estado onde o MST está organizado, sendo um homem e uma mulher. Só a partir deste ano, 2014, conseguimos em nível nacional a participação das mulheres, pois a Direção nacional tinha em sua trajetória de direção que os melhores eram homens.

Portanto, pelos relatos obtidos nas entrevistas, identificamos que o esforço depreendido pelas mulheres para ocuparem seus espaços na direção política do movimento foi imenso.

CONCLUSÃO

As constatações da pesquisa de campo levam-nos a afirmar que a busca pela igualdade de gênero é um projeto em construção no Assentamento estudado. Como vimos, as mulheres reivindicam 50% de participação política em todas as instâncias de decisão do Movimento e também nas atividades de formação (cursos e capacitações). Para que esta participação seja possível, também propõem organização de refeitórios coletivos e lavanderias comunitárias, além da Ciranda Infantil nas diversas atividades do Movimento.

Pudemos constatar que já houve mudanças no sentido da igualdade de gênero nestas questões, inclusive, durante os cursos de formação e em outras atividades desenvolvidas coletivamente, todo o trabalho é compartilhado por homens e mulheres, na cozinha, na limpeza de banheiros e em outras atividades. Isto foi observado tanto em um curso de formação política para jovens da América Latina, quanto nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, nas quais, por exemplo, há também os Núcleos de Base, com envolvimento de todos os alunos e alunas, de todas as idades, que têm um papel ativo em todos os processos educacional e funcional da escola. Isto demonstra avanços conseguidos a partir da luta das mulheres do Movimento, no sentido de serem reconhecidas como lutadoras pela

terra, iguais aos homens, incluindo a perspectiva de gênero no projeto político do Movimento, inclusive na educação.

A educação no Assentamento Contestado foi e continua sendo uma das lutas das mulheres. Pelo depoimento da atual diretora da escola de Ensino Fundamental (2014), que atuou por dez anos gratuitamente como docente, desde a fundação da escola, sem um espaço específico para as aulas, pudemos constatar que a luta persiste até o momento. Conforme afirmou, há sempre a ameaça, por exemplo, de fechamento da escola pelo fato de não ter um número grande de estudantes.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo MST para o desenvolvimento das questões de gênero em seu interior, no cotidiano de homens e mulheres de *carne e osso*, cabe destacar o avanço obtido com a titulação conjunta da terra para lotes de assentamentos, instituído com a Portaria n. 981/2003 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Essa garantia permitiu à mulher usufruir da renda e dos benefícios sociais e econômicos e se colocar em condições de igualdade para gerir os créditos e projetos agrícolas. (ARAÚJO, 2011, p.139)

Como constatamos, o MST vem incorporando as questões de gênero em sua política e em seus discursos. Assim, tem procurado avançar no sentido da igualdade de gênero, não importa se no interior de estratégias políticas ou econômicas. Entretanto, as antigas e sedimentadas estruturas de poder, que se constituem em cultura, portanto, entendidas como *naturais*, impõem ainda, como na sociedade mais ampla, a necessidade do Movimento repensar e, sobretudo, transpor os limites em que as relações entre homens e mulheres estão colocadas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. *A pedagogia do movimento sem terra e as relações de gênero: incidências, contradições e perspectivas em movimento*. 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BARBIERI, Teresita. Sobre la categoría género. Una introducción teórico-metodológica. In: RODRÍGUES, Regina. (Ed.). *Fin de siglo: genero y cambio civilizatorio*. Santiago: Isis Internacional, 1992. (Ediciones de las Mujeres, 17). p. 111-128.

COSTA, Jurandir F. A construção cultural da diferença dos sexos. *Sexualidade, Gênero e Sociedade*. Presidente Prudente, n. 3, p. 1-6, 1995.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. Re-significações do feminismo e da política em práticas de mulheres assentadas. In: VALE, Alexandre Fleming C.; PAIVA, Antonio Cristian S. (Orgs.). *Estilísticas da sexualidade*. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFC; Campinas: Pontes, 2007. p. 95-113.

FERNANDES, Gabriela de Menezes; FACCO, Vinicius Antonio Banzato. Agroecologia e MST no Leste paranaense: as experiências do Assentamento Contestado (Lapa-PR) e do Acampamento José Lutzenberger (Antonina, PR). *Revista Pegada*. Presidente Prudente, v. 16, n. especial, p. 89-102, mai., 2015.

IZQUIERDO, María Jesús. Los costos ocultos de la masculinidad. La Manzana. *Revista Internacional de Estudios sobre Masculinidades*. México, v. I, n. 2, p. 809-840, 2006. Disponível em: <www.estudiosmasculinidades.buap.mx>. Acesso em: 16 mar. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MAFORT, Kelli Cristine de Oliveira. *A hegemonia do agronegócio e o sentido da reforma agrária para as mulheres da Via Campesina*. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo.

_____. Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento. *Site do MST*. Brasília. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/15654>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 16, n. 3, 809-840, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300005>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista*. São Paulo, v. 1, n. 11, p. 89-97, 2000.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. *Normas Gerais do MST*. São Paulo: MST, 1989.

_____. *Construindo novas relações de gênero – desafiando relações de poder*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e do Emprego, 2005. 110p.

ROSEMBERG, Fúlvia. Teorias de gênero e subordinação de idade: um ensaio. *Pro-Posições*. Campinas, v. 7, n. 3, p. 17-23. 1996.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. Violência de gênero – lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*. São Paulo, n. 2, p. 59-79, 1997.

SARTI, Cinthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 16, p. 31-48, 2001.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*. Campinas, v. 20, n. 2, p. 71-99. 1995.

SILVA, Cristiani Bereta. *Homens e mulheres em movimento* – Relações de gênero e subjetividades no MST. Florianópolis: Momento Atual, 2004.

ENTREVISTAS:

MAIER, Sandra Mara. *Sandra Mara Maier*: depoimento [out.2014]. Entrevistadoras: Claudia de Pádua Sabia e Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo. Assentamento Contestado, Lapa, PR: 3 arquivo mp3 (1:30). Entrevista concedida ao Projeto Concepções teórico-práticas de educação e trabalho no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

STANULA, Noemir Vanderlindo Leineker. *Noemir Vanderlindo Leineker*: depoimento [out. 2014] . Entrevistadoras: Claudia de Pádua Sabia e Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo. Assentamento Contestado, Lapa, PR: 2 arquivo mp3 (1:30). Entrevista concedida ao Projeto Concepções teórico-práticas de educação e trabalho no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

REZENDE, Simone Aparecida. *Simone Aparecida Rezende*: depoimento [out., 2014]. Entrevistadoras: Claudia de Pádua Sabia e Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo. Assentamento Contestado, Lapa, PR: 3 arquivo mp3 (1:30). Entrevista concedida ao Projeto Concepções teórico-práticas de educação e trabalho no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

MAFORT, Kelli Cristine de Oliveira. *Kelli Cristine de Oliveira Mafort*: depoimento [Nov.2014]. Entrevistadoras: Claudia de Pádua Sabia e Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo. FFC/UNESP, Campus de Marília:4 arquivo mp3(2:00). Entrevista concedida ao Projeto Concepções teórico-práticas de educação e trabalho no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).